

Impostos: IMI + AIMI são injustos e excessivos

[AICCOPN]

Reis Campos diz que este é o momento de corrigir excessos e incoerências na tributação das casas, que limitam a oferta de habitação e agravam o seu custo

Reis Campos, presidente da AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, identifica a fiscalidade incidente sobre o imobiliário como um dos maiores entraves ao correto ajustamento do mercado e considera que "é preciso atuar imediatamente e resolver as incongruências mais graves, como a tributação dos stocks de imóveis detidos para venda, por parte das empresas que se dedicam à sua construção e venda. O IMI é, neste quadro, um imposto sobre o património sem qualquer justificação plausível e, agora que foi agravado com o AIMI, o IMI para o Estado, é um importante fator de aumento do custo do acesso à habitação, por parte da generalidade da população, mas com maior impacto junto dos mais jovens e nos territórios fora dos centros das grandes cidades".

Com efeito, o IMI e o adicional ao IMI incidem sobre casas que, por dificuldades de comercialização, se mantêm nos balanços das empresas de construção, sendo o seu custo agravado por estas faturas tributárias, e "este é o momento certo para atuar, antes que a Administração Fiscal efetue novamente o cálculo e a liquidação deste imposto".

O dirigente recorda que "este setor de atividade é discriminado face aos restantes, já que se vê forçado a pagar impostos sobre imóveis que fazem parte dos stocks, do ponto de vista operacional e contabilístico, das empresas, facto que já foi reconhecido pela Administração Fiscal como injusto e altamente penalizador para o tecido empresarial, sem que o Estado tenha corrigido esta situação".

"O Estado não pode continuar a olhar para o imobiliário enquanto uma fonte inesgotável de receitas, alheando-se das suas responsabilidades do acesso da população a um bem fundamental, como é a habitação", considera Reis Campos. As



empresas fazem, neste momento um grande esforço para não repercutir estes custos nos preços dos imóveis que vendem. Absorvem prejuízos, que causam graves problemas de tesouraria, situação que é mais grave nas cidades do interior

que, infelizmente, não estão ainda a assistir a um dinamismo económico como aquele que se sente no centro de Lisboa ou do Porto".

O presidente da AICCOPN reclama uma visão estratégica e equilibrada para o mercado imobiliário

e espera que este Governo, que está a preparar a designada "Nova Geração de Políticas da Habitação" atue neste domínio e atenuar estes desequilíbrios induzidos pela carga fiscal sobre o património.

"Está em causa a capacidade de atrair investimento para este mercado, de forma a que se possa aumentar a oferta de casas, tanto para aquisição como para arrendamento e reequilibrar a oferta e a procura. Reabilitação Urbana alargada a todo o território nacional, acesso a financiamento e uma fiscalidade justa e equilibrada são condições necessárias. A estabilidade e credibilidade do nosso sistema fiscal é um aspeto fundamental e não podemos continuar a penalizar as empresas, em especial aquelas que, há muito, desenvolvem a sua atividade e criam emprego no interior do País e que são duplamente penalizadas pela falta de crescimento económico e por um Estado voraz em matéria de impostos, que atingiram, em 2017, os níveis mais altos de sempre", conclui. //